

SISTEMA FAEP



Mala Direta Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

www.faep.com.br

Ano XXV

nº 1094

3 a 9 de maio de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

LARANJA Ação do MPT reacende conflitos



pág 5



MERCADO | PÁG 02

Foto: Cleverson Beje, Ilustração: Simon Taylor

Super safra, bolso vazio!

» Preços não cobrem custos de produção



2

Capa

Rentabilidade



Cleverson Beje

8

Laranjas

O tiroeteo paulista

10

Entrevista

As "amarelas" de Kátia

12

Invasão estrangeira

Os gringos estão chegando

14

Suinocultura

A FAEP faz raio-X

16

Via Rápida

A imprensa, o rei gordo, o Neymar, o Travesseiro e o fôlego do asfalto



Divulgação

18

Cursos SENAR-PR

Mulher atual, JAA, Agrinho, agronegócio e os cavaleiros de Abatiá

20

Visitas

A agenda do presidente

21

Cartas

O MST, o seguro e o nosso erro

23

Direto ao produtor

Leite argentino, Geoparque e a Expocarambeí

Safra recorde

Desvalorização cambial ajuda a afogar os produtores rurais

A safra recorde de grãos estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de 146,31 milhões de toneladas, não representa dinheiro no bolso dos agricultores, muito pelo contrário. É o que mostra levantamento feito pelo Departamento Técnico e Econômico da FAEP.

Na soja a rentabilidade está apertada. No milho, trigo, café e cana os custos foram maiores que os preços recebidos pelos produtores em 2010, ou seja, prejuízo.

MILHO		TRIGO		SOJA	
Custos de produção	Preço recebido	Custos de produção	Preço recebido	Custos de produção	Preço recebido
R\$ 17,46	R\$ 14,04	R\$ 33,27	R\$ 23,70	R\$ 30,19	R\$ 33,15

FONTE: Conab e PGP/Seab/Pr: preços médios recebidos em 2010 até 23 de abril.

Os preços médios recebidos pelos agricultores paranaenses entre janeiro e abril desse ano foram menores em 25% na soja e 16% no milho e no trigo do que no mesmo período de 2009. Já as cotações internacionais na Bolsa de Chicago se mantiveram praticamente no mesmo patamar, no caso da soja e milho, com uma queda apenas no trigo de 8%.

E como explicar essa diferença de preços das commodities? A taxa de câmbio, o custo do frete, o prêmio no Porto de Paranaguá e efeitos sazonais formam a equação que define o preço final recebido pelo produtor.

A redução nos preços internos recebidos pelo agricultor deve-se em grande parte pela desvalorização cambial do dólar de 22%. O principal vilão da falta de renda tem sido a política cambial equivocada, que desde meados de 2004 tem fustigado os resultados dos agricultores e representado perda de competitividade nas exportações. Planta-se com dólar e custo alto e colhe-se com o dólar na baixa.

Apesar de muitos insumos que são cotados em dólar terem reduzido ano passado, os custos internos cotados em reais tiveram aumento. É o caso da mão de obra. Entre 2005 e 2010 o salário mínimo paranaense aumentou 89% para uma inflação de 28%. E as cotações dos principais produtos da agropecuária apresentaram aumentos inferiores à inflação do período.

A situação dos cafeicultores não está nada fácil. A crise do café vem dizimando os cafezais paranaenses. O Estado que já foi o maior produtor mundial de café, cultiva hoje apenas 85 mil hectares. Na cana-de-açúcar são três anos consecutivos em que os produtores gastaram mais com a atividade do que receberam pela tonelada.

Como as contas não fecham, o governo federal terá que utilizar os instrumentos de política agrícola. No entanto, os ministérios da Agricultura e da Fazenda têm travado uma queda de braço para definir a portaria interministerial autorizando os mecanismos de apoio à comercialização de grãos. A FAEP tem cobrado maior agilidade do governo, pois as contas dos produtores rurais nos bancos já começaram a vencer.

Ordem e bolso vazio

* COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO NO PARANÁ E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES RURAIS ENTRE 2005 E 2010 (R\$)

ANO	SALÁRIO	MILHO	SOJA	TRIGO	CAFÉ	INFLAÇÃO
2005	350,00	14,35	27,56	19,57	193,50	2005
2010	663,00	14,04	33,15	23,70	226,49	2010
Evolução	89%	-2,16%	20,2%	21,1%	17%	28,38%

Salário mínimo dispara e preços não alcançam a inflação

FONTE: SEAB/PR – preço médio recebido por saca de 60kg * Inflação oficial IPCA/IBGE

* PREÇOS DA SOJA, MILHO E TRIGO NA BOLSA DE CHICAGO | CBOT (US\$/SACA)

PRODUTOS	MÉDIA JAN/ABR 2009	MÉDIA JAN/ABR 2010*	VARIÇÃO (%)
SOJA	21,23	21,14	(0,42)
MILHO	8,85	8,65	(2,25)
TRIGO	11,81	10,83	(8,30)

FONTE: CBOT *até 23 de abril

* PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NA SOJA, MILHO E TRIGO | COMPARATIVO 2009 E 2010 - PR

PRODUTOS	MÉDIA JANEIRO/ ABRIL/2010 (*)	MÉDIA JANEIRO/ ABRIL/2009	VARIÇÃO (R\$/SACA)	VARIÇÃO (%)
SOJA	33,15	44,49	-11,34	- 25,5%
MILHO	14,04	16,86	-2,82	- 16,7%
TRIGO	23,70	28,25	-4,55	- 16,1%
DÓLAR (R\$/US\$)	1,791	2,285	-0,494	- 22%

FONTE: SEAB/PR * abril até o dia 23

Café frio

Durante 28 anos, **Mario Hirata** foi produtor de café em Santa Mariana, norte do Paraná, a 440 quilômetros da capital. Depois mudou para a fruticultura e há 15 anos voltou para a produção de café. Provavelmente a última safra seja sua despedida dos cafezais. Afinal, a colheita passada lhe rendeu R\$ 18 mil e o custo de produção foi de R\$ 20 mil. Hirata tem quatro funcionários que custam em média R\$ 15 mil por ano. O banco ele conseguiu pagar, mas vai ter que pedir novo financiamento, cena que se repete anualmente. O filho mais velho (21 anos) está trabalhando no Japão, o mais novo já arrumou as malas e aguarda o embarque. Hirata vai continuar com as hortaliças que ele vende na feira e as frutas que entrega no mercado local. “Não tem o que fazer. Os últimos anos foram difíceis. O salário sobe e os produtos agrícolas não. No preço que está vou desistir de novo do café e ficar com a horta e com as frutas que posso tocar sozinho”, resume sua ópera.



Geada, chuva, brusone...

O presidente do Sindicato Rural de Santa Mariana, **Anselmo José Bernardelli**, explica que o problema de preços não é somente no café.



Na região, produtores de trigo e de soja não estão conseguindo vender e o milho está abaixo do preço de custo. Na última safra acumularam problemas de geada, excesso de chuvas e consequentemente a brusone. “Está complicado. Tem muito produtor abandonando o café”, conta. A área de plantio de trigo no município, segundo Bernardelli, diminuiu em 60%. Ainda há estoques do ano passado e o preço está 30% abaixo do que seria rentável. “Não vai sobrar dinheiro para se manter na propriedade. As últimas parcelas de financiamento terão de ser roladas”, diz Bernardelli, a produção de soja foi boa, mas o preço está pagando somente a safra do ano passado”. Com o aumento da inadimplência não se consegue novos financiamentos. Sem crédito no banco, os produtores buscam recursos na cooperativa e se queixam dos juros. “Fechamos o milho antecipado em troca de semente, fertilizante, herbicida”, conclui.

Cana brava

Em Jacarezinho, no norte pioneiro, a situação é semelhante. Muda somente a cultura. Em função das chuvas as usinas não conseguiram cumprir seus cronogramas. Para recuperar o tempo perdido não houve intervalo entre as safras. O presidente do Sindicato Rural, **Eduardo Quintanilha Braga**, afirma que somente uma usina tem 500 mil toneladas de cana que deixaram de ser cortadas, conhecida como cana bizada.



O estoque de ano anterior, somado ao volume de chuvas, altera a qualidade prejudicando a produtividade. Na região, a média, tem sido de 65 toneladas por hectare de cana “bizada” e “trisada” (não foram cortadas a 2 e 3 anos), quando poderia chegar a uma produtividade de 160 toneladas por hectare. “Não cobre o custo. É uma cana que pesa no transporte e não tem qualidade”.

Problemas da safra de 2008/2009 refletiram na de 2009/2010 deixando os produtores sem caixa. O aumento da inadimplência impede novos financiamentos. “Na região não tem financiamento. Os bancos restringiram”. Um acordo entre a associação da classe e as usinas permitiu a divisão do prejuízo. O corte de carregamento de transporte que é o que mais pesa no custo tem sido absorvido pelas usinas. Elas o financiam, mas na hora do acerto ele volta para o produtor. “Por outro lado o acordo está causando problemas para as usinas”.



Laranja azeda

Em Alto Paraná, os citricultores estão perdendo o sono tentando decidir se amargam o prejuízo ou desistem da produção. Os cooperados receberam US\$ 1,65 da Cocamar para custear as despesas de colheita (frete até a indústria) de laranja.

Nove meses depois, em 1o. de março, era a data prevista para o pagamento. O dia chegou e o que os produtores receberam foi a informação de que ao invés de crédito tinham um débito com a cooperativa. **Edilson Fernandes Lopes** (foto), presidente do Sindicato Rural, recebeu R\$ 5,003 (de acordo com o câmbio do dia) por caixa de laranja. “Deste preço final foram descontados o adiantamento para as despesas e o valor gasto com insumos”, diz ele. “Os juros cobrados são considerados exorbitantes. Como as propriedades já estão como garantia para as dívidas bancárias, tem produtor dando sua casa como garantia”, afirmou.

O contrato com a cooperativa é de 10 anos, o investimento feito pelos produtores foi para 25 anos. Lopes explica que a situação perdura há 4 anos. “O produtor não tem renda. Não tem mais gordura pra queimar, o que tinha pra vender já foi vendido. Agora estão tomando calmante porque não é da natureza do produtor não pagar suas contas”, resume.

Grãos

Na região central do Paraná a super safra tão anunciada e esperada não se concretizou. As chuvas em excesso favoreceram a proliferação de doenças e dificultou os trabalhos dos tratamentos culturais. A situação acarretou problemas porque a receita esperada também não chegou aos produtores. “A safra foi menor e os preços foram aviltados, principalmente a soja e o milho”, diz o presidente



do Sindicato Rural de Pitanga, **Cleuze Araújo**.

Em função do clima os custos aumentaram com gasto maior com fungicidas, diesel, máquinas, etc. Conclusão: faltou recursos financeiros. Araújo destaca que o ritmo lento de operacionalização do Porto de Paranaguá também contribuiu para a dificuldade de caixa. “Os fretes encareceram baixando os preços dos grãos”, diz.

“Foi pago até R\$ 290 por uma saca de semente de milho. Hoje uma saca de 60 quilos vale R\$ 13,40”, lembra, “caminhamos para tempos difíceis. Talvez sem conseguir se recuperar. Estão todos desiludidos de promessas. É urgente medidas revitalizadoras, senão teremos um cenário de falência da agricultura em poucos anos”, afirma.

As ações da FAEP junto ao governo federal

MILHO: o custo de produção do milho está abaixo do estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) de R\$ 17,46/sc. A FAEP solicitou leilões de Prêmio de Escocamento do Produto (PEP) para escoar 1,5 milhões de toneladas de milho.

TRIGO: Solicitação para PEP de 500 mil toneladas de trigo estocadas no Paraná, da safra 2009 e 2008.

FEIJÃO: A FAEP solicitou ao MAPA e Conab que adiem os leilões de maio para final de junho, tendo em vista que os produtores arcam com prejuízos no feijão até fevereiro de 2010 e agora estão recompondo suas perdas. Em maio os preços podem cair e representar mais prejuízos aos produtores.

SEGURO AGRÍCOLA: a demanda de seguro agrícola para 2010 será maior que os R\$238 milhões previstos. É necessária uma complementação no Programa de Subvenção de R\$ 321 milhões.

FAT GIRO RURAL: A FAEP solicitou que o Manual do Crédito Rural (MCR) sirva de base para renegociações de dívidas do FAT Giro Rural nos casos de comprovada incapacidade de pagamento.

INADIMPLENTES: Muitos produtores estão sendo acionados na justiça e podem perder seus bens. A FAEP solicita a criação de um programa de recuperação dos produtores endividados com origem no crédito rural.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: Prorrogação do prazo de renegociação da Lei 11.775/08 para 30 de novembro de 2010 com possibilidade de incluir dívidas do crédito rural inscritos na Dívida Ativa da União até 30 de maio de 2010.

RESTRIÇÃO AO CRÉDITO NO BANCO DO BRASIL: Os produtores do Paraná que moveram ação judicial referente aos contratos de Cédula Rural Pignoratícia - CPR, do período do Plano Collor, estão sendo retaliados pelo Banco do Brasil, o qual não está concedendo novos financiamentos para estes clientes. A FAEP solicitou ao Banco do Brasil esclarecimentos sobre essa restrição.

O domínio (e a crise) paulista da citricultura

Laranja é importante na economia, mas gera problemas trabalhistas

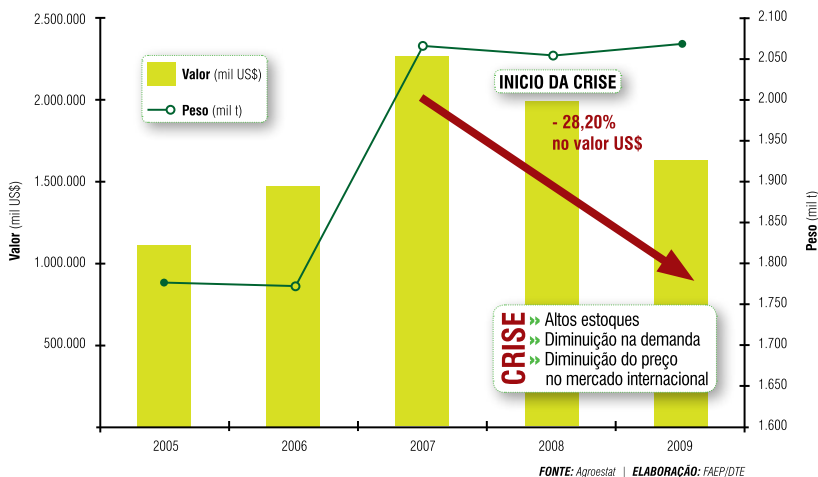
É no noroeste paranaense onde se concentra a maioria dos citricultores do Estado. A participação, porém, na produção nacional de laranjas ainda é pequena (2,4%). São Paulo domina esse mercado, mas lá a ação do Ministério do trabalho (MTP) movendo ação pelo fim da terceirização da colheita de laranjas reacendeu conflitos entre a indústria, citricultores e trabalhadores. Esse cenário pode se espalhar a outros Estados e a outras cadeias produtivas (veja páginas seguintes). Abaixo, a importância econômica da laranja.

Produção

- » O Brasil é o maior produtor mundial de laranjas e o maior exportador de suco da fruta. As vendas brasileiras de suco se destinam principalmente à União Européia (71%) e aos Estados Unidos (17%). O Brasil contribui com 30% produção mundial de laranja, seguido dos EUA com 12%.
- » A produção brasileira de laranja em 2008 foi de 18 milhões de toneladas, sendo São Paulo o maior produtor correspondendo com 71% da produção nacional, seguido da Bahia (7,7%), Sergipe (6,4%), Minas Gerais (3,7%) e Paraná (2,4%).
- » O Valor Bruto da Produção no Brasil em 2008 foi de R\$ 5,1 milhões.
- » No Paraná a produção em 2008 foi de 517 mil toneladas em uma área de 19.900 ha, com um VBP de R\$ 115 milhões.
- » A produção de laranja no Paraná corresponde a 38% da produção total e 34% da área total das frutas no Estado.
- » A produção de frutas no Paraná é de 1.360 mil toneladas em 59.194 ha.

Exportações

- » As exportações brasileiras de suco de laranja movimentaram US\$ 1,619 bilhão em 2009, queda de 18,91% sobre o US\$ 1,997 bilhão em 2008 e em relação a 2007 queda de 28,20% em US\$ 2,374 bilhões.



A partir deste mês, o chamado maior cinturão citrícula do mundo, no interior de São Paulo, começa a tomar ritmo a colheita de cerca de 300 milhões de caixas de 40,8 quilos de laranjas. Quatro empresas processadoras, a Citrovita, Cutrale, Fischer e Louis Dreyfus detêm 98% do mercado de sucos e sobre elas, sobre os pomares e os trabalhadores na colheita existe desde 11 de fevereiro as sombras de uma ação movida pelo MPT (Ministério Público do Trabalho).

A ação propõe que as quatro grandes indústrias sejam impedidas de terceirizar a colheita das laranjas, sob o argumento que é uma atividade-fim. Em outras palavras, o MPT recomenda a contratação, pelas indústrias processadoras de suco, da mão de obra que atua na colheita da fruta, mesmo na propriedade de terceiros. Hoje o Brasil responde por 80% do mercado mundial de suco de laranja e pelo menos 50% da laranja nacional usada nos sucos provêm das fazendas da própria indústria.

Os problemas entre indústria, produtores e trabalhadores são conflituosos há tempos e incluem denúncias na Justiça e uma CPI na Assembleia paulista. Os produtores se queixam do preço que recebem pela caixa de laranja. Os trabalhadores também reclamam da remuneração. Já a indústria está descontente com os ganhos, em queda, assim como o consumo do suco - aos poucos substituído por outras frutas e refrigerantes.

400 milhões

Nesse cenário, se as empresas perderem a ação, terão de contratar, nas contas do procurador do Trabalho, Cássio Dalla-Déa, autor da ação com outros procuradores, por volta de 200 mil trabalhadores. O MPT pede a contratação imediata, mas a juíza Denise Santos Sales de Lima, que analisa o processo, pode fixar um prazo para adaptação às novas regras. Além disso, a indústria poderá arcar com o pagamento de uma indenização por "dano moral coletivo" no valor de R\$ 400 milhões, acumulada nas últimas três safras. Em valores individuais, a Cutrale pagaria R\$ 150 milhões, a Fischer R\$ 135 milhões, a Citrovita R\$ 60 milhões e a Louis Dreyfus R\$ 55 milhões. "As indústrias agem como empregadoras dos trabalhadores da colheita de laranja, mas se eximem de qualquer responsabilidade trabalhista", justificam os procuradores na ação. Há dez anos o Ministério Público do Trabalho investiga o setor de fruticultura, em São Paulo.

Relações azedas

Ao jornal "O Estado de São Paulo" e "Valor Econômico" as lideranças do setor se posicionaram. "Se a indústria tiver de se responsabilizar pela co-

Cleverson Baje



LouisDreyfus
Commodities


CUTRALE


Citrovita

lheita nas fazendas de citricultores, muita laranja vai apodrecer no pé", diz Christian Lohbauer, presidente da CitrusBR. "Não há como a indústria se responsabilizar pela contratação em áreas que não são suas", completa.

Paulo Biasioli, presidente da Associação dos Citricultores da Região de Limeira (SP), acha que o modelo sugerido pelo MPT é inviável. "Os grandes produtores, com mais de 300 mil pés de laranja, têm grupos de colhedores à disposição deles. A indústria é quem determina quando e de quanto será a colheita, mas ela não executa. O produtor está à mercê da indústria. Sou eu que tenho de correr atrás de gente para o trabalho e me preocupar com a fiscalização", critica.

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetaesp), Braz Agostinho Albertini, o ponto de partida da discussão deve ser outro. "O fato é que a remuneração de quem trabalha na colheita de laranja é muito baixa".

Já Moacyr Saraiva Fernandes, presidente do Instituto Brasileiro da Fruticultura (Ibraf), é mais comedido e prega que se tente melhorar o desgastado relacionamento no setor, no lugar de uma briga na Justiça. "O pequeno produtor não tem condições de registrar em carteira e não

teio njal

Trabalho
ão na colheita

itrovita
otorantim

Citrosuco

dá para imaginar a indústria registrando todo mundo de uma hora para outra”, diz.

No tiroteio

Em meio a esse tiroteio, o secretário da Agricultura do Estado, João Sampaio, tem se reunido com a indústria e produtores para tentar um acordo fora da Justiça. “Conceitualmente, a Justiça não pode obrigar alguém a ser responsável pela colheita de outra pessoa. O MPT tem outras formas de melhorar as relações trabalhistas, fazendo com que as regras sejam cumpridas”, diz.

Todas as partes reconhecem que, até por uma questão de escala, as empresas, se forem obrigadas a colher toda a laranja que usam, privilegiarão seus pomares próprios - que respondem por cerca de 30% de sua deman-

da total pela fruta -, depois se dedicarão a grandes fornecedores e, se necessário, partirão para as pequenas propriedades. E que, em um Estado que já “perdeu” cerca de 20 mil citricultores nas últimas décadas, o risco de outros milhares saírem da atividade será grande, ainda que o Ministério Público do Trabalho tenha razão em defender melhores condições de trabalho aos colhedores.

Fatores da Crise na citricultura

- » Baixos preços recebidos pelos produtores em 2009 Média R\$ 4,00/ cx de 40,8kg;
- » Aumento do custo de produção (agrotóxicos, fertilizantes 3 vezes por safra, eliminação de árvores, combate ao cancro e greening);
- » Variação de R\$ 6,30 à 7,00 / cx de 40,8 kg;
- » Avanço do greening (HLB);

Em 2009 no Paraná, 54 municípios e em São Paulo 229 com plantas sintomáticas. A presença desta doença contribui com o aumento dos custos de produção, em razão aumento de inspeções de planta, gastos com o controle do inseto vetor e eliminação de plantas.

» Os baixos preços obtidos pelo suco e caixa de laranja em 2009 se devem a alguns fatores que afetaram as curvas de oferta e demanda dessa commodity, influenciando na formação dos preços, destacam-se:

- a Crise econômica mundial e desvalorização cambial;
- b Estoques internacionais de suco de laranja em níveis elevados e menor demanda;
- c Redução de consumo de suco de laranja entre 2001 e 2009, na Europa 10%, EUA 29% e no mundo 17%;
- d Baixos preços do suco no mercado internacional (queda de 50% nos valores de bolsa entre maio 2007 e maio 2009);
- e Competição do suco de laranja com produtos similares que são mais baratos (Ex.: outros sucos, refrigerantes, isotônicos, águas aromatizadas, derivados da soja).

FONTES: Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Citricos – CitrusBR, IBGE, AGROESTAT, SEAB/DERAL

MODELO

As outras cadeias produtivas

Ação civil pública define a colheita de laranja como atividade-fim das indústrias de suco. O procurador Cássio Dalla-Déa reconhece que há muito em comum nesta relação com outros segmentos do agronegócio. As usinas sucroalcooleiras, por exemplo, trabalham com fornecedores de cana e não tem de fazer a colheita. Tradings de soja, milho, café e algodão, por exemplo, também não têm essa responsabilidade. “Desse ponto de vista, outras cadeias também poderiam ser incluídas”, disse ele ao “Valor Econômico”.

O Secretário da Agricultura de São Paulo, João Sampaio, acrescenta: “E se a indústria simplesmente se recusar a colher? E os pequenos produtores, como ficariam nesse caso? Indústria e produtor precisam um do outro e têm de buscar um consenso sobre a questão”, afirmou.

Informática auxilia controle do trânsito de animais

Sistema informatizado fará o controle nas fronteiras estaduais

O Paraná mais uma vez mostra que está na vanguarda quando o assunto é o agronegócio. Com a possível certificação, ainda este ano, de estado livre de febre aftosa sem vacinação, o Paraná abre as portas para o mercado internacional de carnes, não apenas para si, mas para todo o país. Apesar disso, precisará de um rígido controle no trânsito de animais em suas fronteiras.

Para evitar dar um passo atrás, as autoridades estaduais estão apostando na tecnologia e mais uma vez demonstram toda a capacidade de pioneirismo paranaense. Isso porque um novo software deve entrar em funcionamento nos próximos meses nos 31 Postos Fiscais nas divisas com São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. “Este novo sistema irá nos ajudar muito, precisamos colocá-lo em prática urgente. Já estamos no prejuízo em função dos problemas com o sistema antigo”, disse responsável pela Área de Trânsito Animal da Secretaria de Agricultura, Paulo Borba.

O novo software está sendo desenvolvido pela Celepar e conta com o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, que disponibilizou programadores, estagiários e equipamentos de informática para a Seab. “Creio ser esta uma PPP (Parceria Público Privada) que dá certo”, elogiou Antonio Minoro Tachibana, responsável pela Rastreabilidade dos Bovídeos da Seab.

Controle estadual

Ele explica que o novo sistema é uma adaptação para a web de um modelo antigo, usado nos postos de fiscalização, que formará uma grande rede de informação. “Vamos colocar todos os postos de fiscalização interestadual em comunicação direta com o banco de dados na sede em Curitiba, onde todos possam interagir entre si. Postos de fiscalização, unidades veterinárias, núcleos regionais e sede estarão em constante comunicação”, explicou Tachibana.



Fiscalização contará com o reforço tecnológico contra a aftosa



Segundo ele, com a novidade, será possível acompanhar a entrada e saída de animais, com dados atualizados diariamente. “Isso vai proporcionar maior agilidade na chegada das informações e, conseqüentemente, agilidade nas tomadas de decisões, através dos relatórios que serão atualizados em tempo real”, afirmou Tachibana. “Consideramos que o funcionário do Posto de



Fiscalização procederá os lançamentos online. Com isso, todas as Unidades Veterinárias e demais Postos poderão acessar imediatamente as informações da área animal e vegetal”, acrescentou Paulo Borba.

Ele disse ainda que a aplicação será ampla, em vários pontos do Estado e não somente nas áreas fronteiriças. “Teremos conhecimento do

conteúdo, origem e destino da carga que ainda está parada no Posto Fiscal na entrada do Estado. Será aplicado, portanto, nos 31 Postos Fiscais de divisa com São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, bem como nas 132 Unidades Veterinárias, nos 20 Núcleos Regionais e na Sede da Seab”, finalizou Borba.

Origem

O Paraná já é pioneiro no controle eletrônico de trânsito de animais. Desde 2002, o Estado é credenciado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento como Certificadora SISBOV para realizar a Rastreabilidade dos Bovídeos. Tachibana acompanhou de perto todo o desenvolvimento da área. “Em fevereiro de 2003, fui convocado para assumir a recém criada Seção de Rastreabilidade dos Bovídeos, porque na época, a minha Unidade Veterinária (Icaraíma) era a única que emitia GTAs eletronicamente, para as espécies Bovina e Bubalina, a partir dos lançamentos dos comprovantes de vacinação contra a Febre Aftosa, e a partir daí, controlávamos o saldo de animais das propriedades de Icaraíma e Ivaté”, relembrou Tachibana.

Ele conta ainda que o sistema foi desenvolvido na própria unidade de Icaraíma, região noroeste do Paraná. “Este software, construído em linguagem Clipper, foi desenvolvido sob minhas orientações por um colega da minha região de origem e funcionava no meu computador particular que levei da minha casa para utilizar na Unidade”, explicou.

Ainda em 2003, com o desafio de desenvolver a Rastreabilidade Bovídea, Tachibana passou por um treinamento na Espanha. “Fomos treinados em Rastreabilidade e Certificação por uma Certificadora Espanhola (CERTCAR). Retornando, verifiquei que para desenvolver a rastreabilidade bovídea, teria que inicialmente desenvolver a Guia de Trânsito Animal (GTA) em meio informatizado, com banco de dados centralizado acessível pela internet”, destacou.

No mesmo ano, em junho, o Paraná implantou a GTA informatizada. “Fomos os pioneiros na informatização da Defesa Sanitária Animal, sendo o nosso modelo copiado por outros Estados, como Tocantins, Goiás, São Paulo e Roraima. Ser o pioneiro tem seu peso, porque sempre temos a obrigação de estarmos na vanguarda neste processo de informatização da Defesa Sanitária Animal”, finalizou Tachibana.

* AGROTÓXICOS

Prorrogado monitoramento eletrônico

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento prorrogou para o dia 19 de julho o prazo inicial para a entrada em vigor do monitoramento eletrônico para a venda de agrotóxicos, em todo o Estado.

O Decreto para a instalação do Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos do Paraná (Siagro) previa a vigência do sistema a partir do último dia 19 de abril, mas atendendo a uma solicitação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) o secretário da Agricultura, Erikson Chandoha, decidiu estender o prazo.

Hoje são emitidos anualmente no Paraná cerca de 3 milhões de receitas, com a utilização de 80 mil toneladas de agrotóxicos junto à agricultura paranaense.

por Diogo Schelp

Trechos principais da entrevista da senadora Kátia Abreu, nas páginas amarelas da revista “Veja”, edição 2162 (28/04)

Qual é a imagem que os brasileiros têm dos produtores rurais?

A ideia prevalente, e errada, é que o agronegócio exporta tudo o que produz, cabendo aos pequenos produtores abastecer o mercado interno. Pequenos, médios e grandes produtores destinam ao mercado interno 70% de tudo o que colhem ou criam. Também é muito forte e igualmente errada a noção de que fazendeiro vive de destruir a natureza e escravizar trabalhadores. Obviamente, como em qualquer atividade, ocorrem alguns abusos no campo. Mas o jogo duro de nossos adversários isolou os produtores do debate e espalhou essa ideia terrorista sobre a nossa atividade. Esses preconceitos precisam ser desfeitos.

Como?

Mostrando na prática que não somos escravocratas e que não destruímos o meio ambiente. Nós temos um projeto em parceria com a Embrapa dedicado a pesquisar e difundir boas práticas que permitam unir produção rural e proteção do ambiente. Essa história de trabalho escravo também precisa ser abordada com ações que produzam respostas práticas. Nós treinamos 200 instrutores para inspecionar fazendas pelo Brasil e avaliar as condições de vida dos empregados. Já visitamos mais de 1.000 fazendas. A norma que rege o trabalho no campo, a NR-31, tem 252 itens. Em qualquer atividade, cumprir 252 critérios é muito difícil. Nas fazendas, isso é uma exorbitância.

Um produtor pode ser acusado de manter trabalho escravo apenas por descumprir detalhes como esses?

Sim. A Organização Internacional do Trabalho define o trabalho forçado como aquele feito sob armas, com proibição de ir e vir ou sem salário. Isso, sim, é trabalho escravo, e quem o pratica deve ir para a cadeia. A NR-31 é uma punição à existência em si da propriedade privada no campo. Não estou fazendo a defesa dos que maltratam funcionários ou dos que lançam mão de trabalho infantil. Essa gente tem de ser punida mesmo. Ponto. Estou chamando atenção para o absurdo. Imagine a seguinte situação: é hora do almoço, o trabalhador desce do trator, pega a marmita e decide comer sob uma árvore. Um fiscal pode enquadrar o fazendeiro por manter trabalho escravo simples-

Contra os preconceitos

A senadora e presidente da entidade que representa os produtores rurais diz que o sucessor de Lula precisa assumir um compromisso com a propriedade privada

“Essa parcela atrasada da esquerda acredita apenas no coletivo e não admite a produção individual, privada”

mente porque não providenciou uma tenda para o almoço do tratorista. Isso é bem diferente de chegar a uma fazenda e encontrar o pessoal todo comendo sob o sol inclemente. São duas situações diferentes. Mas elas provocam as mesmas punições. Isso confunde o pessoal do campo, que passa a se sentir sempre um fora da lei.

Qual o interesse do governo em punir o produtor rural?

Isso é um componente ideológico da esquerda fundamentalista que conseguiu se manifestar no atual governo. Essa parcela atrasada da esquerda acredita apenas no coletivo e não admite a produção individual, privada.

O que há de errado no censo do IBGE?

A melhor definição de agricultura familiar, utilizada até pelo Banco Central, é baseada em três princípios. Primeiro, o tamanho da terra, que deve ser de, no máximo, quatro módulos rurais. Segundo, que utilize mão de obra predominantemente familiar. Terceiro, que a maior parte do faturamento da família venha dessa propriedade. O que o IBGE fez neste governo? Matou os critérios de mão de obra e de renda da propriedade. Com isso, todos os proprietários com até quatro módulos entraram na categoria agricultura familiar. Qual o objetivo disso? Desmoralizar o agronegócio, a grande empresa e a propriedade privada. Existem propriedades pequenas no Paraná muito mais produtivas e ricas do que fazendas no Centro-Oeste. Além disso, as informações equivocadas do IBGE dão prejuízo ao setor, porque não se pode fazer planejamento estratégico de investimento em cima de previsões falsas. Em todos os países desenvolvidos, a pesquisa pública é um santuário. Nem a ditadura militar interferiu nos institutos de pesquisa. O IBGE e o Ipea foram aparelhados pelos ideólogos dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente.

Essa é uma postura do governo Lula em geral ou apenas de uma minoria no poder?

Há pessoas no governo que não são xiitas. O ministro do Desenvolvimento Agrário (Guilherme Cassel) e o ex-titular da Pasta de Meio Ambiente (Carlos Minc), contudo, em vez de encontrar soluções para os problemas, passaram os últimos anos dividindo o país para aumentar a sua torcida. Eles não tinham o direito de fazer isso. Um ministro de estado deve proteger o Brasil, não apenas alguns brasileiros.

O que mais atrapalha os negócios no campo?

A insegurança jurídica. Se não há estabilidade nem confiança, as plantas e a produção de carne recusam-se a prosperar. Nas empresas ur-

banas é a mesma coisa. Não vejo problema em dar terras aos índios, aos quilombolas ou aos sem-terra. Mas tudo isso precisa ser feito em concordância com o direito de propriedade.

A senhora é contra a reforma agrária?

Não. Sou contra a invasão. Sou contra tomar a terra com um índice de produtividade imbecil, que não é compatível com a atualidade da gestão do empresariado brasileiro.

O que o produtor rural quer do próximo presidente?

Precisamos que o próximo presidente entenda que dividir o país entre pequenos e grandes é uma visão simplista e ruinosa. É necessário que ele saiba que existe uma classe média rural que não tem a escala das grandes empresas agrícolas, mas que também não se enquadra na agricultura familiar. Essa classe média rural é vulnerável às oscilações de preços e de clima, mas não tem condições de se proteger sozinha disso. Nesse ponto, o estado pode ajudar. Mas a primeira pergunta que faremos aos candidatos será: o que eles pensam a respeito da propriedade privada?

A senhora sonha em ser candidata a vice-presidente na chapa de José Serra?

Preciso deixar que a decisão partidária prevaleça. Ninguém pode querer ser vice de alguém. As pessoas querem ser o personagem principal, aquele que terá a caneta na mão para implementar as suas decisões, ideais e planos. O vice é apenas um coadjuvante. Mas fico orgulhosa quando meu nome é citado por eu ser de um estado novo, o Tocantins, por ser mulher e por representar o setor agropecuário, que nunca teve muito espaço nas chapas majoritárias e na política nacional.

“ O ministro do Desenvolvimento Agrário (Guilherme Cassel) e o ex-titular da Pasta de Meio Ambiente (Carlos Minc), em vez de encontrar soluções para os problemas, passaram os últimos anos dividindo o país para aumentar a sua torcida ”

A invasão estrangeira

Brasil se tornou último refúgio para países que querem investir na agricultura



Extenso território, condições climáticas favoráveis e solo fértil fazem com que o Brasil venha ganhando cada vez mais espaço no cenário do agronegócio. Considerado como “o celeiro do mundo”, o País lidera as exportações de diversos produtos o que também chama atenção de investidores internacionais de olho em terras boas e baratas.

Chineses, japoneses, coreanos, árabes, egípcios e até iranianos já tentaram se aventurar por aqui. Não é para menos, tirando o desértico território australiano, o gelado canadense e o inseguro africano, só resta o Brasil como último refúgio para a produção da agricultura.

Soja e milho são os alvos dos chineses. Zheng Qingzhi, presidente da China National

Agricultural Development Group Corporation (CNADC), uma empresa estatal que já tem investimentos agrícolas em 40 países, confirmou o interesse em comprar porções de terras brasileiras para produzir os dois tipos de grãos.

De acordo com Alessandro Teixeira, presidente da Apex – Associação Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – os aportes chineses podem alcançar centenas de milhões de dólares e terras no centro-oeste são as prediletas.

O recente – e crescente – interesse de grandes grupos estrangeiros em realizar aportes diretos na agricultura em geral, e na produção de alimentos em particular, tem sido evidenciada pela compra de amplas porções de terras em países em desenvolvimento por conglomerados da

ONU quer regras

A ONU (Organização das Nações Unidas) decidiu entrar na briga e quer estabelecer regras para a compra de terras por estrangeiros. Como o assunto é delicado, o projeto é atacado por todos os lados. O Brasil argumenta que o acordo é insuficiente para lidar com o fenômeno. Já para americanos e chineses, um acordo pode até ser debatido, mas não pode tornar-se um obstáculo aos investimentos.

Para a ONU, a melhor estratégia é a regulamentação que será norteadada por sete princípios. Entre eles está a garantia de direito à alimentação, proteção do meio ambiente e transparência nos acordos.

Os americanos até aceitam o debate, mas não concordam com a ONU. "Até 2050, vamos ter de dobrar a produção de alimentos no mundo, o que exigirá investimentos de US\$ 83 bilhões por ano. Só os governos não darão conta dessa tarefa", afirmou Wesley Scholz, diretor de Investimentos do Departamento de Estado americano.

A China segue o mesmo raciocínio. "Precisamos de investimentos na agricultura. Isso é um fato", disse o presidente da China National Agricultural Development Group Corporation, Zheng Qingzhi.

* PROJETO

O debate no Senado

ACCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) do Senado Federal aprovou no começo de abril novas regras para a posse de terras por estrangeiros. Os limites são estabelecidos para propriedades de terras na Amazônia e nas faixas de fronteira nas regiões Norte e Nordeste.

De acordo com o projeto - PLC 302/09 - fica proibida a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais (1.500 hectares) para as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no país há menos de dez anos e as pessoas jurídicas domiciliadas ou instaladas no país há menos de dez anos.

Fronteira

O texto proíbe ainda a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural em toda a faixa de fronteira com os países limítrofes às regiões Norte e Centro-Oeste às pessoas físicas e jurídicas estrangeiras com menos de dez anos no país.

O projeto será ainda apreciado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), esta última em decisão terminativa.

Do total de 572 milhões de hectares de terras oficialmente cadastradas no Incra, cerca de 4 milhões aparecem nas mãos de pessoas físicas estrangeiras - o que representa 0,71% do total. Ninguém sabe ao certo para quanto subiria o número se a ele fossem acrescidas as áreas compradas por empresas de capital estrangeiro. Extraoficialmente, técnicos do Incra comentam que seria três vezes maior.

Coreia do Sul e da Arábia Saudita, por exemplo.

Em relação à China, a estatal CNADC já fez investimentos em arroz, na Guiné, sisal, na Tanzânia, e ovos, em Zâmbia, entre outros projetos acompanhados de instalação de hospitais, escolas e doações aos governos locais.

Para Zheng Qingzhi, os projetos chineses são bons também para o país local. Pequim produz no exterior tanto para vender a seu próprio mercado quanto para exportar para destinos como EUA, Europa e Japão. Mas há países na África, como Camarões, que dizem que só dando a terra de graça é que conseguem atrair investidores estrangeiros. Outros africanos retrucam que dessa maneira não é possível desenvolver a agricultura nos países pobres.

"Devemos dar mais importância aos investimentos na agricultura", disse Qingzhi. A China está propondo a criação de um fundo para investimentos internacionais na agricultura.

Na mesma linha segue o Japão, maior importador de alimentos no mundo. O país asiático apresentou um projeto da companhia Gialinks, que conta com 478 investidores e já comprou 1250 hectares de terras na Argentina para produção de soja. Agora, a empresa está atrás de áreas no Paraguai e Peru para produção destinada ao Japão.

Investimentos

A FAO (Food and Agriculture Organization), braço da ONU para Agricultura e Alimentação, estima que a produção alimentar precisa crescer 70% em relação ao nível atual para atender à população estimada em quase 10 bilhões de pessoas até 2050. No total, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na agricultura representa apenas 1% do total global, ficando próximo de US\$ 3 bilhões por ano.





Depois da avicultura,
FAEP levanta...

Os custos da suinocultura



A exemplo do que ocorreu com a avicultura, a FAEP, através de seus consultores e técnicos(*) promoveu um completo levantamento sobre os custos de produção da suinocultura. O trabalho está em fase de revisão final e deverá ser publicado até o final do mês de maio servindo de importante instrumento a mais de 250.000 paranaenses que trabalham direta e indiretamente no setor que comporta um rebanho de 5,5 milhões de suínos, segundo a APS – Associação Paranaense de Suinocultura.

A publicação das informações sobre o trabalho desenvolvido a partir da demanda da Comissão Técnica de Avicultura da FAEP despertou o interesse de muitos avicultores, sindicatos e associações.

E a Comissão Técnica de Suinocultura também solicitou à FAEP a realização de trabalho com o objetivo de levantar os custos de produção da atividade.

Ficaram definidas as seguintes etapas desse trabalho.

- a** Definir para cada região em quais sindicatos serão realizados os trabalhos – FAEP;
- b** Levantar informações sobre os sistemas de produção de suínos em cada região;
- c** Definir características básicas dos empreendimentos que serão utilizados como referência;
- d** Levantamento dos custos de produção;
- e** Elaboração e consolidação das planilhas;
- f** Divulgação dos resultados;
- g** Atualização periódica das planilhas.

Os levantamentos de custos de produção na suinocultura foram iniciados em novembro de 2009 em Londrina, Toledo e Francisco Beltrão. A previsão é que até o final do mês de maio os resultados sejam concluídos.

Na última reunião da Comissão Técnica, realizada no dia 21 de abril, os consultores Ademir Giroto e Luiz Antonio Digiovani apresentaram aos representantes dos sindicatos as informações sobre o andamento do trabalho e os resultados parciais já obtidos.

Segundo Ademir Giroto, “na suinocultura existem muitas diferenças nas características das propriedades e nos sistemas de produção e serão adotados critérios que tenham representatividade nas regiões do trabalho”.

Serão levantados dados de custos para Unidades de Produção de Leitões (UPL), Terminação e Ciclo Completo.

Nesse trabalho será fundamental a participação dos sindicatos, suinocultores e associações, principalmente na coleta de informações em cada região.

Será adotada a metodologia e o software (suicalcw) desenvolvidos pela Embrapa Suínos e Aves, efetuando-se as adaptações necessárias para espelhar a realidade de cada região e sistema de produção de suínos.

Após a conclusão do levantamento os resultados serão divulgados nos informativos da FAEP.

“O leite não pode ser pego de calças curtas”

Como os preços internacionais batem na porta das porteiras

“**S**ou produtor de leite de Umuarama, quero receber pelo meu produto um preço que cubra meus custos de produção e me permita mandar meus dois filhos para a faculdade, um quer ser médico veterinário e outro engenheiro agrônomo, tudo para continuar trabalhando na fazenda que é orgulho da nossa família. A empresa que recebe o meu leite me diz que vai pagar menos este mês porque o preço internacional está muito baixo. Volto pra casa pensando: e o que eu tenho a ver com isso?”

Para se obter a resposta é necessário uma retrospectiva.

Em 2007, os países em desenvolvimento cresceram a todo vapor e o preço do leite em pó saltou da faixa de US\$ 2.500/t a mais de US\$ 5.000. Euforia geral para os produtores que receberam preços recordes pelo litro de leite. Em setembro daquele ano, a média brasileira deflacionada atingiu R\$ 0,90/litro. Todos os países que tinham condições aumentaram a produção para aproveitar o momento.

Mas veio o outubro de 2008, início da crise financeira nos Estados Unidos, que se espalhou pelo mundo e atingiu em cheio a demanda por alimentos. Para o leite foi um desastre. Os efeitos negativos perduraram por todo 2009, com protestos mundiais de produtores pressionando seus governos por medidas de socorro.

No Brasil a situação só não foi pior porque grandes regiões produtoras sofreram com a seca ou com o excesso de chuva, enxugando a oferta. Em setembro de 2009, a preços deflacionados, o brasileiro recebeu em média R\$ 0,72 /litro, contra R\$ 0,90 no mesmo mês de 2007.

Em consequência, o Brasil perdeu a condição de exportador líquido de leite, conquistada em 2004. Os baixos preços internacionais de leite em pó acenderam a cobiça de algumas empresas que importaram 133.000 t de lácteos em 2009, ano em que as exportações foram de apenas 69 mil toneladas.

Aí volta a pergunta do produtor de Umuarama: “o que eu tenho com isso?”

A resposta é: tudo. Quando fica barato im-

portar, as empresas podem entender que existem outras fontes de abastecimento mais vantajosas. Basta fazer a conta de quanto custa um litro de leite líquido contido no leite em pó importado. Considerando que para cada Kg de pó são usados cerca de 9 litros de leite, então em uma tonelada usou-se 9.000 litros de leite. Em 2009 o mercado brasileiro foi invadido por leite em pó a US\$ 2.000/t, cerca de R\$ 3480,80/t. Então, cada litro de leite importado custou ao importador R\$ 0,3868. Esse valor passa a ser o balizador de preços, inicialmente ao produtor que vende para uma empresa produtora de leite em pó e na seqüência influencia todo o mercado, não obstante a batalha das organizações de representação dos produtores de leite (FAEP, CNA, OCB) para impedir o comércio desleal.

A esta altura o produtor de Umuarama já deve ter entendido que informação é tudo! Na hora da negociação com a empresa compradora, tendo em mãos os valores de referência do Conseleite e um entendimento do que acontece nas outras partes do Brasil e do mundo, não se discute mais o porquê dos preços estarem naqueles níveis.

Esta postura traz a produtores e indústrias um ambiente mais harmônico e para o Paraná e o Brasil, que têm condições de dobrar suas produções, um planejamento comum é fundamental. Juntos os governos, indústrias e produtores têm que se preparar para um novo tempo que chegará, quando o imenso potencial represado de aumento de produção puder se realizar, seja para exportar lácteos, seja para atender ao potencial aumento de consumo interno e, melhor ainda, se for pela soma dos dois fatores.

Eventos como o realizado habitualmente pela união dos participantes da cadeia do leite na região de Umuarama são fundamentais, pois afinal todos serão protagonistas da mudança, e a hora é de trabalhar para ter em seus produtos a qualidade que todo consumidor merece e exige, esteja ele na Europa, no Brasil, em Umuarama, em qualquer vilarejo do mundo.

O futuro se constrói, e o setor leiteiro não pode ser pego de calças curtas.



* MARIA SILVIA DIGIOVANI é agrônoma do DET/FAEP

Fotos: Arquivo

DEU NA IMPRENSA

Duda e a Dilma

» O publicitário Duda Mendonça disse que a campanha da pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, erra na forma que tenta apresentá-la ao eleitor. "Não adianta desvirtuar a Dilma. Tem que deixar a Dilma ser como ela é. As pessoas vão entender como ela é ou não. Pegá-la e fazer outra pessoa...Vai ficar numa vestimenta que não é confortável, vai ficar escorregando volta e meia", disse Duda, em palestra no Rio de Janeiro.

Das Agências

Frota de aviões dobrará até 2028

» A frota brasileira de aeronaves para passageiros com mais de 100 lugares deve mais que dobrar e chegar a 592 em 2028, segundo estimativa da Airbus. Em 2008, eram 248. Para suprir essa demanda, o mercado doméstico precisará de 510 aviões, o que inclui unidades para reposição. A nova frota incluirá aproximadamente 365 aeronaves de corredor único, como as da família A320, 136 de dois corredores, além de nove aeronaves A380.

Da Folha Online

Justiça derruba patente do Viagra

» O Superior Tribunal de Justiça derrubou a patente do Viagra, remédio para o tratamento de disfunção erétil. Com a decisão, a produção do medicamento genérico pode ser feita a partir de 20 de junho. Por cinco votos a um, a Segunda Seção acatou recurso da União, por meio do Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). A Pfizer, fabricante do Viagra, ainda pode recorrer ao próprio STJ.

Das Agências

“**Não venham nos dar aulas sobre meio ambiente de dentro de shoppings centers de São Paulo, venham colocar o pé no barro**”



WAGNER ROSSI, ministro da Agricultura, sobre os ambientalistas de ocasião



Tiquititos

» O **BEIJA-FLORES** é a menor ave da natureza. É tão leve que pode se empoleirar em uma simples folha de capim. Seus ovos não são maiores que uma ervilha de tamanho médio. Os filhotes, logo que nascem, são menores que um gafanhoto comum. Uma ninhada cabe inteira dentro de uma colher das de chá.



“**Nunca fui vítima de racismo. Até porque eu não sou preto, né?**”

NEYMAR, jogador do Santos

Desbaste » Em 1931, para construir a estátua e os acessos ao Cristo Redentor, no morro do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro, foram derrubadas cerca de 4.000 árvores.



3663

» é o número de pedidos de **RESTRIÇÕES AO GOOGLE** feitos pelo Brasil. O país ocupa o primeiro lugar no quesito quebra de privacidade.



126 %

» é quanto cresceu o financiamento da **CASA PRÓPRIA** em relação ao mesmo período de 2009, segundo a Caixa Econômica Federal.



A pão e água

» A eleição mais longa de um papa começou em 1268, quando morreu **CLEMENTE IV**. Dois anos depois, os cardeais ainda não tinham chegado a um acordo. Foram então encerrados em um aposento sem teto, para que padecessem com o frio e a chuva, e só tinham como alimento pão e água. Em poucos dias, elegeram Gregório X.





De espuma

Travesseiro, Travesseiro,
Canta teu povo feliz a sorrir.
Travesseiro, Travesseiro,
De mãos dadas para o porvir.

*Trecho do hino de **Travesseiro** (foto), município do Rio Grande do Sul, com cerca de 3 mil habitantes.*

FOTO

Lineu Filho



Baita recuperação!

>> No flagrante, o trecho da rodovia ligando Pontal do Tigre a Icaraíma. Pelo jeito, faltou fôlego ao asfalto para enfrentar a subidona. Deve ter sido o sol escaldante do noroeste paranaense!

O gordo



>> O monarca mais pesado da história é o rei **TAUFA'AHAU TUPOU IV**, de Tonga, um pequeno arquipélago localizado no Sul do Pacífico. O recorde data de setembro de 1976, quando, aos 58 anos, ele pesava 209,5 kg. Mas, na foto (última dele!), estava pesando apenas 128 Kg.

MOSAICO

- >> Você sabe o que é um duende? É o paciente de médico fanho. Exemplo: quem não gosda de zamba, bom zujeito não é, é ruim da gabeza ou duende do bé.
- >> Na Grécia, quem dirige mal-vestido pode perder a carteira de habilitação.
- >> A Austrália contém 10% de todas as formigas do mundo, com 1.100 espécies diferentes.
- >> Em compensação o Brasil tem a maior variedade de **SAPOS** do mundo, grande parte deles na Floresta. Estão de olho nas formigas australianas.



- >> O Japão é formado por 3.922 ilhas.
- >> Uma das mais pitorescas associações de que se têm notícias, foi uma Associação de Envenenadores, que existiu em Paris (França), entre 1670 e 1680.
- >> Você tem aversão ou horror ao trabalho? Então você é um ergasiofóbico.

Mundo redondo

>> No comando da Armada das Molucas, o navegador português **FERNÃO DE MAGALHÃES** realizou a maior proeza da história da exploração marítima: descobriu, em 1520, a passagem que liga o oceano Atlântico ao Pacífico. Além de batizar o lugar, conhecido hoje como estreito de Magalhães, a expedição audaciosa provou que a terra era redonda e foi a primeira a circunavegar o globo.



Piuí... piuí...

>> A flauta é o primeiro instrumento da humanidade e existe em todas as culturas primitivas. Foram, já, encontradas flautas com idades entre os 6000 e os 45000 anos. As primeiras flautas assemelhavam-se a apitos, só tinham um buraco e eram feitas da tibia de animais ou de humanos.

JAAAs aprendem sobre solo

O produtor rural Carlos Bauquerowitz, de Carambeí, cedeu 600 m² de sua propriedade, para que os alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) a utilizassem para vários cursos. Orientados pela instrutora do SENAR-PR, Cleri Josane de Meo, os jovens trabalharam temas como preparo do solo, tipos de cultura, época de plantio, mecanização, entre outros. “O objetivo da horta é tornar as aulas dinâmicas”, disse a instrutora.

Fotos: Divulgação



APUCARANA

A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO

Palestra com o Engenheiro Agrônomo Gumercindo Fernandes Silva Junior

Dia 04 de Maio de 2010 - terça-feira

Local: AUDITÓRIO GRALHA AZUL

FECEA (Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana)

ENTRADA: 1 Kg de Alimento Não Perecível

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: SENAR RURAL PATRONAL DE APUCARANA (43) 3424-1181

Falando de agronegócio

O Sindicato Rural de Apucarana, Sistema FAEP e a Universidade Sem Fronteiras realizaram no dia 4 de maio, às 19h30, duas palestras sobre o agronegócio para produtores rurais. O engenheiro agrônomo Pedro Francio Filho apresentou a palestra “Como Ganhar Dinheiro com a Diversificação Rural”, tratando da sustentabilidade no agronegócio, integração entre lavoura, pecuária e floresta, entre outros. A palestra “A Importância do Associativismo” foi apresentada pelo engenheiro agrônomo Gumercindo Fernandes Silva Junior. Elas foram realizadas no auditório Galinha Azul, no campus da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

PDS



Afinando o discurso

Em mais uma etapa do Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS), a FAEP realizou no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA), de Ibiporã, um curso de oratória. A capacitação é voltada para dirigentes de sindicato, com o objetivo de melhorar a comunicação com os produtores e foi realizado em 15 e 16 de abril. Foi ministrada pela instrutora Sirley Machad e uma nova edição do curso está agendada para os dias 17 e 18 de junho no CTA, de Assis Chateaubriand. As inscrições estão abertas e podem ser realizadas no Departamento Sindical da FAEP. Informações: (41) 2169-7996 com Juliana Nunes.

CIANORTE

Aplicação de Agrotóxicos

De 22 a 24 de abril o Sindicato Rural e o SENAR-PR realizaram um curso sobre a aplicação de agrotóxicos. Foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Mauro Moreira dos Santos, que apresentou aos participantes o uso corretos dos equipamentos e ferramentas de segurança.



Renan Peruci



Os dez cavaleiros de Abatiá

De agora em diante as pradarias do norte pioneiro ouvirão o galope e o triscar das ferraduras de alazões dominados pelos dez cavaleiros de Abatiá. Esse povo da cidade imagina que lidar com cavalo chucro é moleza, mas se não tiver jeito, conhecimento sobre esse antigo companheiro do homem, no trabalho e no lazer, a montaria promove um belo coice ou a derrubada do infeliz. Com os cavaleiros de Abatiá a coisa é diferente. Orientados pelo instrutor do SENAR-PR, Eder Ribeiro da Rosa, eles fizeram o curso de Doma Racional de Equídeos, nome pomposo, bonito, inclusive para serem fotografados de pé no lombo dos fiéis alazões. Não se sabe o motivo, mas um dos cavaleiros preferiu ficar sentado na sela. Parece que o "Silver" tinha acordado de mal humor e, ainda por cima, é meio nervoso...

}} UBIRATÁ

Agricultoras concluem o curso Mulher Atual



Trabalhadoras rurais do município de Ubitatá concluíram no dia 19 de abril o curso Mulher Atual com atividades iniciadas há dois meses. Com uma carga de 88 horas a instrutora do SENAR-PR, Joseana Luzia Granemann conduziu o curso, despertando nas trabalhadoras novos interesses e suas potencialidades no ambiente em que vivem.

}} APUCARANA

Cartilhas do Agrinho 2010 chegam às escolas

No último dia 23, as escolas do município de Apucarana receberam 11 mil cartilhas do Programa Agrinho, destinadas a alunos das redes públicas e particulares de ensino. O prefeito da cidade, João Carlos de Oliveira, e o secretário de Desenvolvimento Humano, Cláudio Silva, participaram da entrega do material.



}} KALORÉ

Turma do JAA visita usina

Alunos do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), do município de Kaloré, visitaram a usina de cana de açúcar Cooperval Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí - LDTA. Os jovens acompanharam o caminho da cana desde a lavoura até sua transformação industrial em açúcar e álcool. A visita faz parte do conteúdo de mecanização que os alunos estão trabalhando em curso orientado por Andréia Barcarol, instrutora do SENAR-PR.



Parceria FAEP-SEAB

O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Erikson Chandoha, recebeu quarta-feira (28) o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette, acompanhado do Superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, e dos assessores Carlos Augusto de Albuquerque e Antônio Poloni. A Faep colocou-se à disposição da Secretaria para auxiliar no processo de reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Ágide Meneguette solicitou a continuidade do processo de erradicação da febre aftosa no Paraná, que daqui para frente deve avançar para a fase de suspensão da vacinação. Ele disse que vai colaborar com o governo do Paraná no que for preciso, assim como já fez em administrações anteriores. Segundo Meneguette, “a febre aftosa dói no bolso do agricultor”.



O secretário Chandoha disse que a manifestação da Faep é muito bem-vinda e que vai concentrar suas ações à frente da Secretaria em duas prioridades: conservação de solos e à erradicação da febre aftosa sem vacinação.

Outro assunto discutido foi a importância dos Conselhos Municipais de Sanidade Animal (CSAs) em todo o Estado. A parceria entre a Seab e a Faep já concluiu a fase 1, que foi a reestruturação dos CSAs em todos os municípios do Paraná. Agora começam a planejar as fases seguintes que irão até 2012, incluindo é a manutenção da sustentabilidade dos CSAs.



Cida Borghetti

Na terça-feira (27), o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, recebeu a visita da deputada Cida Borghetti, que se destaca pela sua atuação na Assembléia Legislativa em defesa da mulher paranaense. A maringaense Cida aproveitou para elogiar e defender a ampliação do programa “Mulher Atual” em todo o Estado.



Novo cônsul italiano

Na quarta-feira (28) o novo cônsul italiano no Paraná, Salvatore Di Venezia acompanhado do presidente da Câmara Ítalo-brasileira de Comércio e Indústria do Paraná, Roberto Colliva esteve na sede da FAEP, em visita à sua presidência.

O presidente Ágide Meneguette lembrou que a FAEP tem mantido nos últimos anos vários encontros com entidades italianas ligadas à agropecuária, motivo de troca de informações e visitas técnicas de especialistas brasileiros e italiano, “eventos que devemos continuar investindo”.

Zeca e Valtinho com Ágide

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, recebeu na segunda-feira (26) a visita do ex-prefeito de Cruzeiro do Oeste, Zeca Dirceu, que se desincompatibilizou do cargo para se candidatar a deputado federal. Estava acompanhado do atual prefeito Valter Pereira da Rocha (Valtinho). Além da cortesia da visita, os dirigentes políticos buscaram apoio do Sistema FAEP para a ampliação da realização de cursos do SENAR-PR, em Cruzeiro do Oeste e região.

Um novo curso para o agricultor

A parceria entre SENAR-PR e a STIHL concluiu a formação dos instrutores para o novo curso Trabalhador na Operação e Manutenção das Roçadeiras. A capacitação dos instrutores aconteceu no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR, em Ibiporã, nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro. Foi ministrado pelo consultor da STIHL, Jonas Nascimento, com 15 participantes, dos quais oito já estão aptos a multiplicar o curso e outros sete acompanharão mais dois cursos para serem habilitados.



Divulgação

O curso foi elaborado devido à crescente demanda por habilitação profissional em roçadeiras motorizadas. O SENAR-PR e a STIHL também trabalharam em conjunto na elaboração de uma cartilha e formatação do curso, o que estará disponível para os trabalhadores e produtores rurais a partir do mês de junho. Os pré-requisitos para os agricultores interessados em fazer o curso são idade mínima de 18 anos e ser alfabetizado.

MST

Achei de ler o Boletim 1092, de 19 a 25 de abril. É bom ver que em nosso Estado existe um informativo que mostra a verdadeira cara do MST. Sou filho de produtor rural e sempre convivi com a angústia do meu pai em ter suas terras serem invadidas. Até quando iremos aceitar movimentos "sociais" de fachada, que no fundo são apenas uma quadrilha. Não posso generalizar, mas infelizmente é isso que vemos hoje. Tenho 24 anos e sou totalmente contra invasões. Sou a favor do direito de propriedade, sendo este direito norma pétreia na Constituição brasileira. As reportagens desta edição estão fantásticas e expõem bem os verdadeiros interesses do MST e seus líderes.

Fico indignado com a banalização, como diz na reportagem eles passam na frente da propriedade acham "bonitinhas" e resolvem invadir. Como posso dizer que este é um movimento social sério? É fundamentalista? Finalizo certo que um dia a lei será cumprida, e que os governantes em vez de ficarem fazendo politicagem façam política séria e competente, e não apenas buscando votos.

V. P., Loanda, PR

Seguro

A matéria sobre seguro Agrícola e Proagro ficou muito boa, esclarecendo ambos os temas, mostrando suas vantagens e desvantagens. Parabéns. Estamos repassando esta cópia para a Diretoria de Agronegócios. abraço,

Cezar de Col / gerente de agronegócios do Banco do Brasil

Errata

Na edição 1092, o título "Barra do Jacaré" identificando o município onde trabalhadoras rurais participaram do curso de Confeção Básica de Vestuário está equivocado. Na verdade, trata-se de trabalhadoras do município de Presidente Castelo Branco, extensão de base do Sindicato Rural de Mandaguçu.



Corte no frango americano

» De acordo com USDA, a China pode reduzir a compra de frangos americanos em até 55%. A medida é uma estratégia anti-dumping, pois os chineses consideram que os produtores americanos vendem seu produto abaixo do preço de mercado. As exportações podem cair de 335 mil para apenas 150 mil toneladas em 2010. Desde fevereiro a China impõe cotas de importação ao produto americano que variam de 43 a 105%. Como a demanda é cada vez maior na China, o embargo ao frango americano abre uma chance para o produto brasileiro. Precisamos ficar espertos.

Se liga, hermano!

» A sessenta dias do final prazo, a Argentina pode não cumprir seu compromisso com a cota Hilton. De acordo com analistas, as perdas podem chegar a 125 milhões de dólares. A Argentina dispõe de uma cota de 28 mil toneladas de carne de alta qualidade e até o momento exportou pouco mais de 10 mil toneladas. Pra piorar a situação dos argentinos, ainda existe a polêmica sobre a divisão da cota entre as empresas. As brasileiras Marfrig e JBS possuem as maiores cotas, 3,1 mil toneladas para o primeiro e 3 mil para o segundo. É muito azar hein, hermano!

Quem diria!?

» Os casos suspeitos de febre aftosa se confirmaram no Japão. A doença não aparecia no país desde 2000. Dezesesseis vacas apresentaram sinais clínicos da doença e foram sacrificadas. No entanto, o estrago já estava feito. A questão agora é descobrir como a doença apareceu no país. Uma dica pode ser dada pelo sorotipo viral que causou o surto. Sabe-se que o tipo A está circulando na Coréia do Sul e o tipo O na China. Tudo isso pra mostrar que não há risco zero e que a vigilância não pode baixar a guarda.

Será mais um recorde?

» O preço da carne bovina nos Estados Unidos pode bater um recorde. Principalmente agora com os rebanhos caindo devido aos altos custos com alimentação. O preço já subiu 22%. O mesmo ocorre com a carne suína, que já subiu 25%. O mercado futuro é ainda mais apavorante com o preço passando dos US\$ 2 o quilo. O hambúrguer vai ficar mais fino.

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**
fabricao.monteiro@faep.com.br



O direito de propriedade e proteção legal

As sociedades modernas instituíram formalmente o direito de propriedade. Desde os primórdios os povos a praticam, mas, as legislações passaram a surgir a partir de 1688, na Inglaterra, após a queda do rei James II. Em realidade, afastado o absolutismo monárquico surge o conceito da plena propriedade e a sua efetividade. Nos últimos séculos o mundo civilizado adotou a propriedade privada como instituição fundamental, distinguindo os bens públicos dos privados. A Constituição brasileira dá plenas garantias de proteção à propriedade, conforme explicita no capítulo dos direitos individuais e coletivos, consubstanciado nos direitos e garantias fundamentais. A inviolabilidade do direito de propriedade alinha-se ao direito à liberdade ou à vida. É o que preceitua expressamente a lei constitucional. Na mesma esteira, a lei civil (códigos) traça as minúcias da proteção correspondente à lesão desse direito, em termos processuais e materiais. Da mesma forma, pode o Judiciário examinar qualquer lesão ou ameaça ao direito assegurado. Desse binômio brota a verdadeira proteção jurídica da propriedade.

Sob a ótica do direito civil a propriedade é um direito real, portanto oponível a todos. Um dos corolários desse direito é a possibilidade do proprietário reivindicar o imóvel em caso de esbulho ou turbação, ou mesmo sob ameaça, isto é, em momento anterior a agressão, ou seja, na sua iminência ou próximo dela. Tais questões surgem quando o dono do imóvel está ameaçado na sua posse ou a perdeu, sabendo-se que a posse é a exteriorização da propriedade dominial.

A agressão possessória (propriedade) tem se tornado comum no país, especialmente nas glebas rurais. Tal situação enseja ao proprietário exercer a

defesa do seu direito, manejando as ações ditas possessórias. Os procedimentos acionários variam conforme a situação fática ocorrente. Basta o fenômeno da ameaça à posse para que o titular do direito busque a proteção judicial. Trata-se do interdito proibitório, medida que possibilita

a concessão de liminar, portanto, já no início da lide, assegurando o direito. Com a propositura da ação estará configurada a litigiosidade relativa ao bem e prevento o juízo, situação que torna pública a demanda. A partir daí, desenrola-se o procedimento, mediante demonstração de provas, inclusive periciais, as quais passarão a ter efeito permanente. A realização de perícia alcançando plantações e plantel pecuário, além de construções e benfeitorias, irá gerar prova perene no que concerne a valores. Quase sempre esse item é falho quando do pleito relativo a perdas e danos, até porque do estágio da simples ameaça à posse, poderá ocorrer a turbação ou o esbulho, dificultando sobremaneira a demonstração do "quantum" do prejuízo. O fundamental na espécie da agressão possessória é a rapidez no manejo dos procedimentos, seja o interdito proibitório, a manutenção de posse ou a reintegração.

“Basta o fenômeno da ameaça à posse para que o titular do direito busque a proteção judicial”



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



Brasil renova limite de importação de leite argentino

O Brasil renovou por mais um ano o acordo que prevê o limite de importação de 3.000 toneladas mensais de leite em pó da Argentina. A assinatura do acordo foi feita pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) junto ao Centro da Indústria Leiteira argentina e ao governo daquele país.

Rodrigo Alvim, presidente da Comissão de Pecuária de Leite da Confederação de Agricultura e Pecuária (CNA) e que esteve presente na negociação, falou ao MilkPoint: "O acordo negociado foi o mesmo, renovamos o limite de importação de leite em pó em 3.000 toneladas por mês, e o preço mínimo será o praticado na Nova Zelândia".

No último leilão da Fonterra, referência de preços no mercado internacional, o valor mínimo negociado foi de US\$ 3.672 por tonelada.

Segundo Alvim, a permanência do acordo é importante para evitar que se repitam no Brasil os problemas ocorridos no início de 2009, quando a importação de leite em pó cresceu 400% no primeiro trimestre do ano. Na época, o produto argentino entrou no país a um valor abaixo do praticado no mercado internacional, o que prejudicou ainda mais o setor leiteiro, que já enfrentava preços baixos por causa da crise financeira.

Participaram da negociação representantes do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

** MilkPoint, com informações da Agência Estado.*

Sobre geoparques

No próximo dia 18 de maio, a FAEP promoverá um encontro de técnicos, presidentes de sindicatos dos Campos Gerais e da região do Lago de Itaipu, especialistas e representantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mineropar e UNESCO para esclarecer dúvidas existentes sobre a criação de Geoparques no Estado. No início de abril (Boletim 1089) publicou matéria sobre o projeto "Geoconservação nos Campos Gerais: Inventário do Patrimônio Geológico", coordenado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e pela Mineropar. O assunto é novo e há questionamentos de produtores e sindicatos. O único geoparque das Américas é o da Bacia do Araripe no Ceará.

Aguiar na CONAB

O ex-diretor administrativo da Conab, Alexandre Magno Franco de Aguiar, é o novo presidente da estatal. A nomeação foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Diário Oficial da União (DOU) publicado dia 28 último. Aguiar esteve à frente da administração da estatal por dois anos.

EXPOCARAMBEÍ

Carambeí recebe a elite do gado leiteiro

De 5 a 8 de maio acontece a sexta edição da Expocarambeí. O evento será realizado no Parque de Exposições do município. Estão programadas exposição de animais, leilões, estandes de empresas do agronegócio e praça de alimentação. A Expocarambeí é uma promoção da Prefeitura Municipal de Carambeí e tem o apoio da Batavo Cooperativa Agroindustrial.

Informações e inscrições: (42) 3231-9132



MARILUZ

A Força da Mulher

O Sindicato Rural e a Prefeitura Municipal de Mariluz, com apoio do Sistema FAEP, realizaram no dia 4 de maio, uma palestra motivacional para trabalhadoras rurais da região. José Carlos Poli ministrou a palestra "A Força da Mulher", que entre os temas falou da importância da mulher na sociedade e na economia. Poli utilizou dinâmicas, filmes e exemplos do cotidiano para a assimilação do conteúdo.

vacine todos os bovinos e búfalos com até 24 meses de idade



1 a 31 de maio

▮ Aproveite para regularizar o cadastro de animais junto à Seab

▮ Comprove a vacinação na unidade veterinária mais próxima

juntos por um
Paraná livre da

FEBRE AFTOSA

SISTEMA FAEP



informações: www.seab.pr.gov.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____